

ção dos empenhos. No entanto, achamos que é ridícula a colaboração do jornal **Folha de S. Paulo**.

O Congressista que não se interessa pelo seu município, que não vai com o seu prefeito à busca de recursos para as suas bases, é, no mínimo, omisso, porque, aqui, nesta Casa, não existe um Congressista sequer que não tenha, em sua campanha, dito que queria eleger-se para ser aqui o Representante na Constituinte, e, ao mesmo tempo, o representante na Câmara dos Deputados, para lutar pelo seu município.

Portanto, a Mesa do Congresso Nacional tem o dever, em nome da dignidade deste Poder, de responder à altura as manifestações injuriosas que esse jornal vem fazendo sistematicamente contra os Membros desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Nobre Deputado José Tavares, a Presidência vai fazer chegar às mãos do Presidente Ulysses Guimarães o pronunciamento de V. Ex.^a, porque entende que o assunto a que V. Ex.^a se referiu, com muita oportunidade — é que realmente merece esse repúdio, da parte dos Srs. Congressistas — diz respeito diretamente à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, pois a publicação a que se referiu V. Ex.^a se relaciona com os trabalhos da Constituinte, como sabe V. Ex.^a

Vou me entender pessoalmente com o Presidente Ulysses Guimarães, e da minha parte pode V. Ex.^a estar certo, que conta com o meu total apoio, e minha integral solidariedade.

Vou continuar chamando os inscritos para breves comunicações, mas pediria que todos fossem breves para podermos atender a todos os Senhores Congressistas interessados em falar.

Concedo a palavra ao Deputado Cunha Bueno. (Pausa)

Concedo a palavra ao Deputado Francisco Küster.

O SR. FRANCISCO KÜSTER (PMDC — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A imprensa divulga, hoje, declarações de um Colega nosso que se sente ameaçado. Há poucos minutos algumas questões de ordem foram levantadas, e a Mesa foi interpelada a tomar providências, fato este que reitero nesta oportunidade, uma vez que V. Ex.^a, na condição de Presidente do Senado, é também o Presidente do Congresso Nacional.

É fundamental, Sr. Presidente, que V. Ex.^a diligencie, e com certa agilidade, para que seja convocada uma sessão secreta do Congresso Nacional — do Congresso Nacional ou da Constituinte — para a noite de hoje. O fato é grave e sua apuração não pode ser retardada, o fato não pode ser tratado com descaso. É necessário ouvir esse colega que se sente ameaçado de morte, para que S. Ex.^a possa trazer ao conhecimento de todos, as gravações que diz possuir, e declarar o nome das pessoas perigosas que o estão ameaçando.

Não podemos continuar sobrevivendo sob o mesmo teto, Sr. Presidente. A forma como foi trazida à baila essa questão nos dá a idéia de que se forma uma verdadeira máfia no Congresso Nacional. É preciso esclarecer objetivamente o assunto. Por isto, desejo que V. Ex.^a, caro Presidente Humberto Lucena, não se omita nesta questão, que V. Ex.^a honre o nome do Senador que

preside o Senado da República e o Congresso Nacional, e que nos representa neste ato maior, que adote as providências necessárias, imediatamente, convocando uma sessão secreta para inquirir esse colega, para que possamos esclarecer essas questões, e S. Ex.^a possa também trazer as fitas de gravações que diz possuir.

É fundamental, é preciso que façamos concretamente alguma coisa, que saíamos do discurso da denúncia e possamos agir na prática fazendo justiça. Estamos todos sob suspeita a partir dessa denúncia.

Encerro, dizendo, meu caro Presidente, que é lamentável que estejamos na iminência de ver aprovados, por decurso de prazo, 114 decretos-leis, alguns dos quais já trouxeram muitos danos à sociedade, ao Brasil, aos brasileiros e a outros que estão aí, não sei por que, e que, infelizmente, me parece, pela insuficiência de **quorum**, não vamos poder rejeitá-los. Estamos enfrentando a 10.^a sessão e vamos ter, infelizmente, repito, aprovado por decurso de prazo isso que é uma tragédia, que depõe contra o Congresso Nacional, contra os políticos, deputados e senadores.

Deixo o registro e este apelo, Sr. Presidente. Repito, Sr. Presidente: V. Ex.^a tem o dever, tem a obrigação de adotar estas providências e não apostar no tempo; não podemos jogar no vazio, no esquecimento. Urge que providências sejam tomadas. (Muito bem! Palmas.)

A Sr^a Raquel Cândido — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Tem a palavra, para questão de ordem, a nobre Congressista Raquel Cândido.

A SR^a RAQUEL CÂNDIDO (PFL — RO. Para questão de ordem. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Constituintes:

Congratulo-me com o Companheiro Hermes Zaneti, de modo especial, por ter levantado a questão. Assinava eu com o Centrão no dia em que o eminente Senador Mário Covas votou contra a anistia. Tendo eu, Sr. Presidente, um passado de luta não mais diferente do que os meus Companheiros, não permito a qualquer cidadão comum, quanto mais a um Companheiro de Casa, que efetivamente se utilize de um patrulhamento de posição desta Parlamentar com relação à Assembléia Nacional Constituinte.

Não permiti eu, em tempo algum, quando militei na esquerda, me fizessem votar de maneira a dirigir a minha vida pública, servindo a **a** ou **b**, e chequei aqui, a duras penas, para efetivar a Carta Constitucional, desatrelada de qualquer compromisso, onde agora temos de nos posicionar com princípio e com dignidade.

Esta Parlamentar tem a coragem de desafiar o Sr. Deputado Daso Coimbra para, aqui, de público, dizer se alguma vez pedi-lhe algum favor, algum benefício, alguma reivindicação em meu próprio nome ou sequer para o meu Estado.

Assinei com o Centrão para que também pudesse fazer jus a uma participação mais efetiva na Assembléia Nacional Constituinte. Não permito, sequer ao Sr. Presidente da República, porque a Sua Excelência jamais pedi cargo, que meu nome seja enlameado, e muito menos patrulhado, seja por quem for.

Voto de acordo com os meus princípios e com a minha consciência. Não sou escrava e não per-

mito patrulhamento nem da esquerda, nem da direita, nem do Centro, porque sei o papel que devo desempenhar para o meu País e para o meu Estado.

Desta forma, Sr. Presidente, e concluindo, é com muita mágoa e, por que não dizer, muito enfurecida, que cobro de V. Ex.^a as medidas cabíveis para que o nobre Deputado Daso Coimbra venha aqui dizer se alguma vez esta Constituinte lhe pediu sequer um favor. Não conheço esse cidadão. Assinei com o Centrão para que o Regimento fosse modificado. A minha votação não mereceu de qualquer cidadão o patrulhamento. Aqui votarei com a minha consciência e com a minha dignidade. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — V. Ex.^a não levantou nenhuma questão de ordem. Portanto, a Mesa não tem o que decidir. (Pausa.)

Gostaria de dizer ao nobre Deputado Francisco Küster, que há pouco ocupou a tribuna, que a Mesa aguarda um requerimento já anunciado pelo nobre Deputado Hermes Zaneti, subscrito por Liderança, no sentido da convocação de uma sessão secreta do Congresso Nacional, embora entenda pessoalmente, o Presidente, que este assunto diga mais respeito aos problemas da Assembléia Nacional Constituinte, mas a Mesa aguarda o envio do requerimento, para, oportunamente, submetê-lo à votação.

O Sr. Del Bosco Amaral — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Pediria a V. Ex.^a se ativesse à questão de ordem, porque temos que prosseguir com os trabalhos da sessão.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB — SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Vou prosseguir, mas V. Ex.^a foi condescendente e o está sendo logicamente. Só não quero que V. Ex.^a enverede por um caminho muito perigoso. O primeiro caminho perigoso é a sessão secreta; o segundo é jogarem o problema nos ombros do Presidente do Congresso, do Senado e, conseqüentemente, do Congresso, um problema — aí o erro, não da Assembléia Nacional Constituinte, mas de um Deputado da Câmara Federal e, ao mesmo tempo, Membro da Assembléia Nacional Constituinte. E mais, esse problema não é só de V. Ex.^a, mas de todos nós.

Tenho a impressão de que os fatos aqui estão avançando para o terreno até da saúde mental, porque os fatos estão-se tomando tão graves, tão sérios e tão cansativos para um povo que espera coisas diferentes, que daqui a pouco vamos ter que exigir de certas declarações o respaldo de um atestado de saúde mental. Só posso considerar a coisa assim.

Agora, estão cobrando só de V. Ex.^a, porque esta é a sessão da manhã. Este é o caso, perdoo-me V. Ex.^a, vou dizer o mesmo na abertura da Assembléia Nacional Constituinte, estão cobrando a suspensão dos trabalhos para apuração dos fatos. Não é possível trabalhar-se sob suspeição: um dia é fraude no placar eletrônico; outro dia, ameaças secretas de assassinatos ou de morte. Tenho a impressão de que estamos invadindo a seara da saúde mental, se é que não estamos invadindo alguma coisa pior.

Pediria a V. Ex^a, pelo respeito profundo que tenho a V. Ex^a, e a seus Assessores, que, em saindo desta sessão, se reunisse com o nobre Deputado Ulysses Guimarães, que é o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, portanto da Câmara dos Deputados — V. Ex^{as} são as autoridades maiores, não podemos continuar nesse clima de terrorismo mental, físico, é alguma coisa que está des-cambando para absurdo —, para que estudassem a possibilidade de suspender hoje os trabalhos da Casa. Gostaria também que V. Ex^{as} discutissem como vão salvar esta Casa dessa verdadeira loucura que se está instalando nos trabalhos gerais, abrigados sob o teto do Congresso Nacional.

Era o que queria dizer a V. Ex^a Realmente, Sr. Presidente, não tenho mais nada a dizer, e só espero as investigações e as providências mais urgentes, para a nossa tranquilidade e do povo brasileiro. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Nobre Deputado Del Bosco Amaral, a Presidência esclarece a V. Ex^a que não está tomando nenhuma iniciativa *ex-officio*, não vai tomar nenhuma decisão. Quem vai tomar, se a proposta for aprovada, é o Plenário soberano do Congresso Nacional. Se as propostas vierem à Mesa, oportunamente serão submetidas a Plenário. E o Plenário tem as suas Lideranças, que, em última análise, votam simbolicamente, e poderá, se for o caso, haver verificação de *quorum*.

Então, este assunto não será decidido pela Presidência, e sim, pelo Plenário do Congresso Nacional na devida oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Augusto Carvalho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Adylson Motta. Pediria a V. Ex^a que fosse breve.

O SR. ADYLSÓN MOTTA (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Solicitaria uma informação de V. Ex^a: se a palavra me é concedida no Pequeno Expediente ou para discutir a matéria em pauta?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — V. Ex^a está inscrito para o período de Breves Comunicações.

O SR. ADYLSÓN MOTTA — Qual é o tempo disponível para encaminhamento e para discussão da matéria, depois, a seguir?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A matéria ainda não está em discussão. V. Ex^a é o penúltimo orador do Pequeno Expediente.

O SR. ADYLSÓN MOTTA — Sendo assim, desisto da palavra, falarei quando da discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Muito obrigado a V. Ex^a

Concedo a palavra ao nobre Deputado Sólon Borges dos Reis. (Pausa.)

Concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O Sr. Hermes Zaneti — Sr. Presidente, permita-me V. Ex^a V. Ex^a fez referência à minha pessoa e este Congressista deve uma informação a V. Ex^a e está em condições de prestá-la.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — V. Ex^a está pedindo a palavra para uma questão de ordem?

O Sr. Hermes Zaneti — Exatamente. Irei falar pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Tem a palavra V. Ex^a, pela ordem.

O SR. HERMES ZANETI (PMDB — RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, temos condições de informar a V. Ex^a e à Casa que o Requerimento, nos termos do art. 27 do Regimento Comum, está pronto, assinado pelo Líder do PDT e pelo Líder do PC do B, e em condições de ser apresentado à Presidência. É a informação que queria prestar a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Muito obrigado a V. Ex^a (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá, para uma breve comunicação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB — SP. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: apesar de todas as discussões que tivemos hoje, pela manhã, no Congresso Nacional, a respeito das repercussões ocorridas com as notícias do **Correio Braziliense** e de outros jornais, é importante lembrar que aqui estamos discutindo matérias importantes, relativas a decretos-leis que poderão alterar toda a situação tributária do País.

Ainda ontem estivemos, até por volta das 11 horas da noite, conversando com técnicos da Secretaria da Receita Federal e com o próprio Secretário, no sentido de dirimir algumas dúvidas. Foi afirmado que ainda hoje seria assinado um novo decreto-lei, retornando a tributação de microempresas à situação anterior. Quanto à alteração da tabela do Imposto de Renda da pessoa física, não logramos êxito. Em relação à sociedade de prestação de serviço, cuja retenção na pessoa jurídica seria uma incoerência, visto que a tributação dar-se-á apenas na pessoa física, informou a Receita Federal não ser possível alterar esse decreto. No entanto, seria baixada uma instrução normativa — e é muito importante —, no sentido de regularizar a posição da forma de tributação, e que esse imposto retido na pessoa jurídica poderia ser compensado com a eventual retenção na fonte da retirada dos sócios dessas pessoas jurídicas, quando fizessem essas retradas, compensando-se o imposto. Aguardamos, portanto, essa instrução normativa da Receita.

Reclamamos também junto a técnicos da Receita Federal o fato de já ter sido distribuído o impresso da Declaração de Imposto de Renda da pessoa jurídica das denominadas microempresas, tomando-se por base a OTN **pro rata**, conforme portaria do Ministério da Fazenda, e não aquilo que foi aprovado, durante o ano de 1987, por esta Casa, passando a OTN de janeiro para o mês de julho. É importante que tenhamos uma providência neste sentido. Aguardamos que a Receita Federal se manifeste. Chegando a esta Casa os novos decretos-leis, poderemos ter uma tomada de posição. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

“Operação BR-Retorno”, é como se denomina o movimento que caminhoneiros autônomos e empresários de transporte de carga pretendem promover, no próximo dia 7 de março, com o bloqueio do trânsito na Ponte da Amizade, que liga o Brasil ao Paraguai, no município de Foz de Iguaçu.

A operação, com tempo indeterminado de duração, tem por primordial objetivo obrigar os governos brasileiro e paraguaio a adotarem prontas e eficazes medidas a fim de que sejam devolvidos cerca de 150 mil veículos roubados em nosso País e passados para o território paraguaio, com a maior facilidade diante de uma impunidade que já se tornou tradição no vizinho país, a tal ponto que estimulou a formação de poderosas quadrilhas especializadas nesse tipo de delito de alta rentabilidade e quase nulo risco de prisão.

Mas a paciência dos profissionais do volante e de proprietários de caminhões se esgotou inteiramente. Eles não toleram mais a indiferença das autoridades nem esquecerem as vítimas fatais do crime organizado em nossas principais rodovias, com o saque de mercadorias e o assassinato de seus colegas.

Lideram o movimento o Sindicato dos Transportadores Autônomos do Paraná (Sindicam); o Sindicato das Empresas de Transporte de Carga do Paraná (Setcepar) e companhias de seguros que reivindicam: devolução dos veículos roubados; criação de uma comissão internacional para fazer o levantamento da situação dentro do Paraguai: a organização de uma equipe que indique soluções dentro de um mês; rigoroso trabalho de rastreamento para localizar os veículos brasileiros que circulam dentro do Paraguai.

O bloqueio somente será levantado após o cumprimento das citadas exigências, segundo declarações à imprensa, prestadas pelo presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Paraná, Arli Teixeira de Lara, que não esconde a preocupação do setor diante do considerável aumento dos roubos a partir do mês de janeiro último.

É inegável, Sr. Presidente, que a decisão dos caminhoneiros e dos empresários não encontra respaldo na lei e dela advirão inevitáveis prejuízos para os dois países, especialmente para o Paraguai que sofrerá desabastecimento interno e perderá condições de exportar pelo único corredor existente, a BR-277 que demanda ao porto de Paranaguá.

O episódio ainda levará a um maior desgaste do governo ditatorial paraguaio na comunidade sul-americana e mundial, a exemplo do que ocorreu, anos atrás, quando do atentado sofrido por Somoza, morto por granadas de bazuca numa das ruas de Asunción, o que determinou o fechamento da Ponte da Amizade por algum tempo, com pesadas perdas à economia dos dois países.

Entretanto, apesar de se tratar de um ato ilegal a “Operação BR- Retorno” está recebendo apoio geral porque a população não mais suporta a violência, os roubos, a extorsão e a corrupção institucionalizada sob a complacência dos governos do Brasil e do Paraguai.

Basta dizer que o descaramento das quadrilhas chegou a tal ponto que quando elas não conse-

guem vender os veículos roubados dentro do Paraguai, entram em contato com as vítimas exigindo entre 1,5 milhão a 2 milhões de cruzados em troca dos carros, prática que se está tornando corriqueira também nos casos de automóveis de passeio, conforme denúncia do presidente do Sindicato.

Não é mais possível, Sr. Presidente, diante desse escabroso estado de coisas, que os dois governos continuem contemporizando e nada façam para desbaratar as quadrilhas e pôr um fim no crime organizado.

Também o Governo paraguaio deve entender que aquele país, com um povo sofrido e esmagado por um regime de força que se perpetua no poder, continue sendo um entreposto internacional do contrabando, do narco-tráfico e do roubo em geral, atividades criminosas que têm servido, exclusivamente, para enriquecer a oligarquia militarista e os seus apaniguados.

O fechamento da Ponte da Amizade significará muito mais do que um ato de protesto. Será uma séria advertência à autoridade que descumpra a lei e obriga a sociedade a tomá-la em suas próprias mãos, transportando-nos para os tempos em que ainda não existiam governos organizados nem leis promulgadas por um poder legitimamente constituído.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, estamos voltando à barbárie!

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) —

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES ((PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: Acolhi, com atenção, a remessa ao Congresso Nacional das Mensagens Presidenciais de nºs 1 a 8 do ano que se inicia. Analisei-as profundamente. Trata-se de um conjunto heterogêneo de medidas alterando a legislação do Imposto de Renda sobre operações financeiras, bem como sobre as pessoas físicas e jurídicas, outras tratando de assuntos tão diversos quanto relativamente estranhos entre si: quantias para depósitos e aplicações em instituições financeiras, atribuição de responsabilidade ao Ministro da Fazenda para melhor gerir os direitos da União sobre a ocupação de seus imóveis por terceiros, transferência de ações da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e das empresas vinculadas ao Sistema Nacional de Abastecimento (Sinac) e, finalmente, proibição à utilização de recursos do Tesouro Nacional para exportação de açúcar.

Ora, apesar de se reconhecer a conexão entre todas as ações do Governo que impliquem dispêndio de recursos públicos, é difícil vincular medidas de caráter tributário com políticas de administração. Uma constitui formação de receita, arrancada a duras penas do circuito produtivo, pelo poder coercitivo do Estado. Outras, mera gestão destes recursos, cujo resultado anima o processo de legitimação governamental dando-lhe maior flexibilidade política como centro de compensação de interesses contraditórios e campo estratégico de confecção da história. As primeiras estão na base de todo o pacto de dominação que define o Estado e que se reatualiza ao longo do processo de representação, vale dizer macro-

político; as segundas concernem aos mecanismos infinitamente capilares que corporificam este pacto e que se processam em resposta às suas expectativas universalizantes, onde a participação direta e indireta da sociedade civil enseja horizontes sempre renovados de eficácia política (hegemonia), econômica (acumulação) e ideológica (persuasão).

Compete, naturalmente, ao Congresso Nacional papel decisivo nesta dupla reatualização política do Estado democrático, intervindo tanto ao nível macro como micropolítico, onde pontualizam os grandes desafios da inserção de formas de poder popular no pacto estatal. Mas, por certo, será sobre o primeiro nível que se debruçará, com maior responsabilidade e empenho, o Congresso Nacional, pois aí alojam-se papéis inacessíveis ao restante da sociedade civil. É o reino, por excelência, da representação no vasto campo de alinhamentos sociais e ideológicos. Quem senão o Congresso Nacional poderá fixar os limites da dominação, colocando em cheque seus excessos, incorporando segmentos subalternos e minoritários da sociedade de forma a assegurar o respeito estatal às suas identidades respectivas e aos seus anseios variados de realização social?

Isto, pois, aponta para a suprema importância da questão tributária, a qual define a origem macrossocial do financiamento estatal e, portanto, a natureza de classe do pacto de dominação. Detenho-me, pois, sobre o significado e alcance das mudanças na legislação do Imposto de Renda. E ressalta, apenas, nas demais mensagens que tratam de políticas gerais de Estado, o que proíbe o uso de recursos do Tesouro Nacional para a comercialização externa do açúcar. Justifica a Mensagem Presidencial esta proibição com dois argumentos: o elevado ônus do Tesouro com estas operações subsidiárias e a particularização dos benefícios pela outorga de exclusividade a beneficiários privados. Nem de longe ocorre-me aludir ao desinteresse nacional com o socorro imerecido ao interesse privado. Mas, onde está, na argumentação oficial, a questão regional, reduzida a um último parágrafo no qual se propõem vagas medidas de continuidade à agroindústria canavieira do Nordeste? Será possível fazê-lo em circunstâncias de virtual proibição ao uso de recursos do Tesouro na comercialização externa do açúcar? Como separar, concretamente, a compra de açúcar pelos órgãos competentes no Ministério da Agricultura para a formação de estoques reguladores de compra para fins de exportação?

Por acaso, o milho do Centro-Oeste não é comprado indistintamente, assim como outros produtos agrícolas, liberando-se as cotas de exportação segundo exigências do mercado? Por que introduzir uma proibição legal, se o açúcar, como a gasolina, poderá se impor como excedente exportável a qualquer preço (interno) tanto por exigência cambial como de preços?

Ora, Srs. Senadores, estamos aqui diante de novas investidas acadêmicas.

Quanto à transferência de ações da União entre duas empresas ou para empresas estaduais, é uma questão, repito, de competência do Poder Executivo, na medida de seu Programa de Governo. E quanto à questão da garantia das aplicações em instituições financeiras, ora remetida a normatização pelo Conselho Monetário Nacional, confesso que melhor entendida no bojo de uma refor-

ma bancária ou financeira e não no bojo de um Pacote que se pretende antiinflacionário. Das duas uma: ou estes rombos financeiros estão ameaçando a estabilidade monetária e se tornam objeto de preocupação governamental neste nível, ou o assunto está mal colocado e responde a interesses desconhecidos pelo Congresso Nacional. De qualquer maneira, cabem teoricamente ao Conselho Monetário Nacional medidas de ação tópica sobre a política econômica, subsidiárias ao Banco Central como órgão responsável pela manutenção da liquidez no sistema econômico. Jamais normas como as pretendidas no Decreto.

Vamos ao pacote.

Ponto primeiro: o déficit governamental, no Banco do Brasil, pouco tem com a chamada "crise fiscal" dos Estados contemporâneos mais desenvolvidos. Lá o Estado está em crise, apesar das sucessivas reformas tributárias que foram drenar o financiamento público no vale fértil das mais abundantes, pelo duplo golpe a que foi submetido, no âmbito do Pacto Corporativo Transnacional, perdeu uma massa considerável de impostos indiretos calcados sobre o valor agregado e sobre importações, no sendeiro da integração dos mercados e do acicate do progressivismo fiscal, e ganhou a conta da igualação social, no rastro da mudança de seu papel de produtor da ordem para produtor das condições materiais do exercício da cidadania. O Estado afundou, ainda que ativa e democraticamente.

No Brasil, o Estado apodreceu. Não houve reforma tributária digna deste nome nos últimos anos. Os "ncos" continuam não pagando impostos. Os assalariados de rendas baixas e médias são os verdadeiros financiadores de uma máquina estatal que poucos benefícios lhes devolve. Nem sequer se pode falar em pacto populista, fórmula bastarda e tupiniquim da convivência entre conflito e cooperação que marca os Estados modernos. Aqui os recursos dos programas sociais se perdem na clientela dos fundos políticos e nas mazelas da malversação.

Eis, pois, uma inédita situação: Um Estado em virtual crise de governabilidade pelo divórcio com a nação, paralisado por uma estrutura fiscal obsoleta e regressiva, cujo produto bruto arrecadado acaba carcomido pela voracidade de subsídios, incentivos e transferências irracionais. Veja-se como o memorável Editorial da **Folha de S. Paulo**, de 19 de dezembro passado, qualificou esta situação:

ECONOMIA SEM BRESSER

A saída de Luiz Carlos Bresser Pereira do Ministério da Fazenda não vem constituir, apenas, o previsível desfecho de todo o processo de desgaste a que foi submetido, e com o qual, até o último momento, consentiu. Revela, com clareza inquestionável, o caráter de um governo. Um governo que prefere as propostas viáveis de política econômica, seguir o jogo obscuro dos interesses palacianos; um governo que, vetando os impostos progressivos sobre ganhos de capital, recua ante a iniciativa de superar as iniquidades mais gritantes da atual estrutura tributária; um governo que se recusou, ainda uma vez, a efetuar cortes, por mínimos que sejam, na descomunal máquina de ineficiência e empreguismo que caracteriza o setor público brasileiro; um governo

que, hoje reduzido a seu núcleo de inconsistência e improvisação, volta-se para os detalhes deprimentes de sua sobrevivência imediata, para a administração minuciosa das vantagens e privilégios da esfera federal, e para projetos de um regionalismo fantasioso e melancólico; um governo cujas promessas de austeridade e de combate à inflação passaram a ser simplesmente imotivos de ridículo, que, sem disposição para estratégias corajosas de política econômica, prefere estagnar na autocomplacência, no provincianismo, no desperdício, no descrédito e na omissão

Importam pouco, a esta altura, os nomes de quem deixa o Ministério e de quem passa a ocupá-lo. É na figura do Presidente da República que se concentra a maior responsabilidade sobre a situação econômica do País. E de uma decisão sua, acima de tudo, que dependeriam os objetivos de controlar o déficit público, de determinar uma política efetiva pela desestatização e pela eficiência no setor governamental, de combater o empreguismo, de avançar na questão da justiça tributária, de eliminar subsídios, de estimular a modernização tecnológica, de superar os resquícios cartoriais, protecionistas e arcaicos de um capitalismo que parece desconhecer o risco e que convive com desigualdades sociais alarmantes, com níveis de inflação insustentáveis, com taxas de investimento que há anos prosseguem próximas de zero, com incertezas, oscilações e incoerências inconcebíveis num país com o estágio de desenvolvimento em que se encontra o Brasil

A atuação de Sarney na Presidência da República já demonstrou amplamente a falta de determinação, de empenho e de visão política para levar adiante objetivos como esses. Esta última mudança ministerial não tem sequer o efeito, provavelmente tentado ainda uma vez, de concentrar sobre a figura do ministro demissionário uma presumida culpabilidade pelo insucesso em combater a inflação. O Plano Bresser fracassou, antes de mais nada, pela incapacidade do próprio governo Sarney em seguir as metas ali previstas; a busca desesperada de sustentação política, junto a parlamentares e governadores, jogou às traças qualquer tentativa de reduzir os gastos públicos; a perda de credibilidade na política econômica como um todo, atingindo os mais diversos setores sociais, agravou as expectativas inflacionárias, confirmando, em seus efeitos desastrosos, a imagem de desgoverno, de imprevisibilidade e de inconsciência que marca a atitude do Executivo.

Em meio a este ambiente de declínio moral, de intriga de bastidores, de ausência de visão pública, de influências domésticas e de oportunismo generalizado, o Ministro Bresser Pereira não poderia senão ser vítima de sua própria inabilidade. Expôs-se, com o mais persistente otimismo, às pressões contraditórias de um governo sem compromisso histórico de um partido que parece eternamente instalado num palanque eleitoral, do rea-

cionismo de grupos aferrados a seus privilégios e da demagogia irracional de um sindicalismo em busca de vantagens políticas imediatas. Um economista competente, mas incapaz, até o extremo da ingenuidade, de sustentar-se do ponto de vista político; pronto a recorrer, no desespero de fim de ano, ao instrumento desgastado do decreto-lei; e sem condições de inspirar, no caos econômico brasileiro, a confiança da população, deixa o Ministério Nada mais previsível; nada que revele, com tanta evidência, a crise de desgoverno, de irresponsabilidade e de falta de perspectivas que acomete o Estado brasileiro.

Diante deste quadro o novo Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, proclama o retorno do "arroz com feijão", em cuja maré desembarcam no Congresso Nacional as mudanças no Imposto de Renda e outras pequenas quejandas instituídas por decreto-lei ou como bem assinalou o Jornalista Joelmir Betting, em sua coluna de 22 de dezembro, na **Folha de S. Paulo**.

— "...o que esta saindo agora, sobre matéria fiscal, é a edição das novas bases do Imposto de Renda, uma rotina no final de cada ano-base, da vasta cirurgia nos tumores do déficit público vai sobrar apenas essa mudança de praxe nas normas do Imposto de Renda. Isso não se parece com um pacote fiscal — e muito menos com uma reforma orçamentária..."

Mas quais são estas novas bases e qual o seu impacto sobre o bolso do contribuinte, vez que, como já vimos inócuas serão seus resultados sobre a cobertura de um déficit estritamente financeiro:

- 1 — A tabela do Imposto de Renda teve reajuste de 25%;
- 2 — O imposto retido poderá ser utilizado em 1988;
- 3 — O imposto a pagar e a restituir em 1988 está "oteenizado";
- 4 — Contribuintes com dois empregos farão declaração trimestral;
- 5 — O Imposto sobre Operações Financeiras — IOF — é substituído pelo Fundo de Garantia para Depósitos e Aplicações Financeiras (FG DAF), a ser formado pelas contribuições das instituições que atuam no mercado financeiro,
- 6 — Retenção na fonte sobre o rendimento bruto das operações de curto prazo (igual ou inferior a 28 dias), típicas do **over night**;
- 7 — Extinção da dedução dos investimentos aplicados em cadernetas de poupança;
- 8 — Redução gradual da isenção do Imposto de Renda sobre lucros obtidos nas exportações.

Os resultados financeiros destas medidas, calculado em Cz\$ 325,9 bilhões, segundo quadro da Receita Federal, entretanto, pouco ou nenhum impacto terão sobre a situação financeira do Governo, onerados por elevada dívida pública exter-

na e interna. De resto, perdeu-se mais uma boa oportunidade para implantar novos critérios de justiça fiscal — "ou seja, continua tudo como está para quem tem rendimentos de outras fontes que não o salário", como sentenciou na **Folha de S. Paulo** de 22 de dezembro de 1987, o Jornalista Jorge Caldeira que comparando o feijão com arroz com a aventura acadêmica da proposta anterior (Ministro Bresser Pereira) nota ainda:

"Em primeiro lugar, desapareceu a menção à redução de 7% no recolhimento na fonte dos assalariados no ano que vem, que (Bresser) procurava garantir. Cairam também todas as medidas destinadas a taxar na tabela progressiva rendimentos com ações, dividendos, juros de aplicações financeiras, etc."

De onde serão extraídos, portanto, os recursos das novas medidas fiscais?

Naturalmente dos assalariados, achatando ainda mais os ganhos dos trabalhadores e da classe média. Mais uma vez o governo preserva os maiores e penaliza os que vivem de salário!

São fontes da própria Receita Federal que demonstram que a grande dentada das mudanças serão feitas sobre ganhos de trabalho: Cz\$ 287,4 bilhões, cerca de 85% da previsão de arrecadação adicional total

Com todas estas evidências é de se perguntar: como pensa o Governo do Presidente Sarney granjear a credibilidade popular que lhe permita alimentar veleidades?

Como pode o povo brasileiro suportar tamanha deterioração em suas economias?

A verdade é que a dor ensinou a gemer e já hoje não há dona-de-casa, não há peão de obra, trabalhador e trabalhadores, empresários e micro-empresários que não conheçam os problemas econômico-financeiros do País e os fatores que os condicionam e aprofundam. Todos sabem que o País está em crise e que esta crise deriva da vacilação do governo em atacar de frente e determinação a espiral inflacionária para a qual contribui decisivamente a desorganização do setor público, a alta taxa de juros e de correção de ativos financeiros especulativos, a ausência de uma planificação governamental à altura de outros momentos críticos da vida nacional.

Diante da gravidade destes fatos, a inércia governamental pariu mais um paliativo, mera encaenação para arrancar energias do setor produtivo para o improdutivo, cujo resultado positivo se perderá ao longo de um ano com elevadas taxas de inflação

Ao final de tudo, ficarão mais profundas ainda as marcas da resignação de um povo que começa a dar sinais de exaustão.

É que, à metáfora do arroz com feijão dos pacotes fazendários, prefere-os servidos, pela história, à sua mesa. Para evitar de virá-la junto com as suas páginas...

O BALANÇO FINANCEIRO DO PACOTE

(Em milhões de OTNs)

Medidas	Ganhos de receita em 1988 (1)	Perdas de receita em 1988 (2)	Saldo (1) - (2)
1. Diferença da correção monetária da tabela (250%)	—	36,0	(36,0)
2. IRPF — correção monetária do imposto a pagar	98,1	—	98,1
3. IRPF — complemento trimestral do imposto	189,3	—	189,3
4. Redução de incentivos — 1988	38,0	—	38,0
5. Efeito sobre antecipação da redução de incentivos para 1989	22,2	—	22,2
6. Tributação na fonte sobre mercado financeiro (aliquota de 0,0% a 4%)	139,0	—	139,0
7. IRPF — redução da tabela na fonte para 1988 (menos 15%)	—	60,7	(60,7)
8. IRPF — restituição com correção monetária	—	34,2	(34,2)
9. IRPF — compensação contra o imposto a pagar da restituição de 1989	—	29,8	(29,8)
Total	406,6	160,7	325,9

Ots = PIB = 35 bilhões de OTNs
 Arrecadação líquida de arrecadação de 325,9 milhões de OTNs (0,93% do PIB)

Fonte: Receita Federal

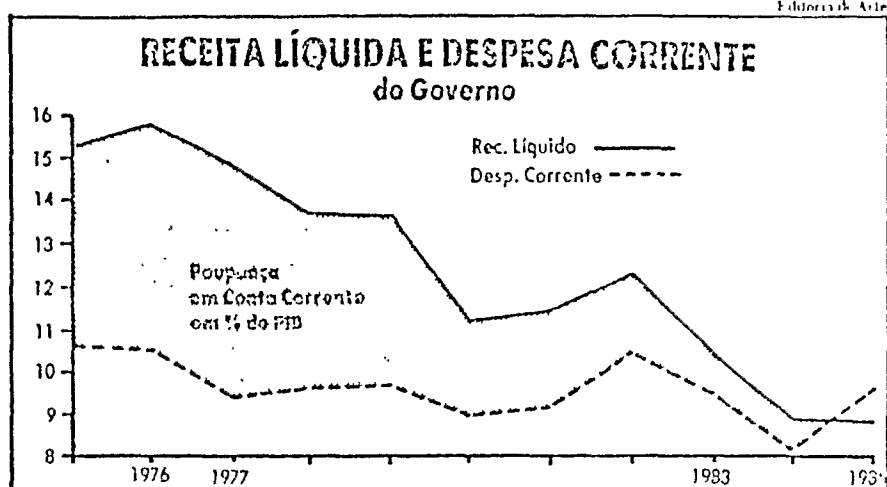
SETOR PÚBLICO

(Renda Disponível, Poupança e Déficit do Governo 1970, 1975 e 1980-1985)

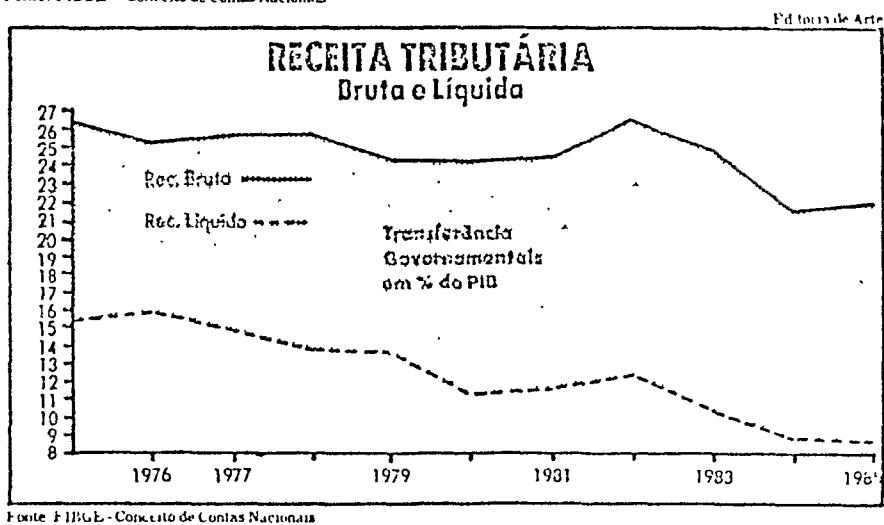
(Em % do PIB)

	1970	1975	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Carga Tributária Bruta	25,91	26,34	24,19	24,45	26,52	24,87	21,72	22,15
(Tributos Indiretos)	(16,72)	(14,52)	(13,24)	(12,81)	(11,20)	(12,71)	(10,10)	(10,41)
(Tributos Diretos)	(9,21)	(11,82)	(10,95)	(11,33)	(11,33)	(12,16)	(11,34)	(11,75)
Outras Rec. Líq. do Gov.	1,09	-0,76	-0,95	-1,07	-1,34	-1,53	-0,73	-0,65
() Subsídios	0,77	2,02	3,64	2,66	2,60	2,63	1,59	1,56
() Transferências (Assist. e Prev.)	8,23	7,01	7,01	8,15	9,00	8,30	7,73	7,12
Renda Disponível S. Público	18,00	15,75	11,97	12,57	13,57	12,41	11,69	12,62
() Consumo Adm. Públicas	11,32	10,64	9,01	9,24	10,50	9,59	8,24	9,70
() Juros Div. Publ. Interna	1,29	1,24	1,89	2,24	3,46	4,19	6,25	10,93
Poupança em c/c	5,40	3,86	1,09	1,09	-0,39	-1,36	-2,62	-8,02
() Investimento Gov.	4,42	4,12	2,32	2,58	2,46	1,81	1,69	2,28
Déficit () ou Superávit (+)	0,98	(-) 0,26	(-) 1,23	(-) 1,49	(-) 2,06	(-) 3,18	(-) 4,71	(-) 10,30
Renda Líq. enviada Exterior	0,93	1,42	3,20	4,10	5,30	5,79	5,66	5,24
Renda Disp. S. Privado	81,07	82,83	84,81	83,33	81,05	81,60	82,16	82,14

Fonte: Contas Nacionais do Brasil (vide Indicadores IBGE, julho de 1987).



Fonte: FIBGE - Conselho de Contas Nacionais



Fonte: FIBGE - Conselho de Contas Nacionais

Pacote Fiscal Bresser Pereira - Dez/87

OVERNIGHT**EVOLUÇÃO DAS APLICAÇÕES (em CZ\$ bi)**

Meses	Títulos		Total
	Públicos	Privados	
novembro de 86	327,6	44,5	372,1
dezembro	304,9	46,4	351,3
janeiro de 87	364,7	72,3	437,0
fevereiro	487,0	83,5	570,5
março	558,6	81,8	640,4
abril	737,0	99,2	836,2
maio	901,1	119,7	1 020,8
junho	1 085,0	163,2	1 248,2
julho	1 312,9	181,4	1 494,3
agosto	1 523,1	190,0	1 713,1
setembro	1 824,9	206,3	2 031,2
outubro	1 911,0	205,1	2 116,1
novembro	2 524,7	227,8	2 752,5

fonte: Associação Nacional das Empresas de Mercado Aberto (Andima)

ESTADOS	Rocelta	ICM	FPE	Pessoal	Dívida Int	Dívida Ext	Déficit Caixa Único	
Acre	3 000	269	500	820	*	*	*	Sim
Alagoas	13.353	6.813	4 062	10 650	7.220	2.110	*	Sim
Maranhão	6 400	3.241	*	*	*	*	*	Sim
Santa Catarina	28 000	23.700	3 800	18 000	32 092	33.606	12 200	Sim
Paraná	46.000	29.000	2 600	29 500	23 400	52 200	4.000	Sim
Rio Grande do Sul	54.237	41 000	*	42 000	80.000	104 000	*	Sim
Espírito Santo	14 000	12 000	1.230	*	8.200	7 920	*	Sim
Rio Grande do Norte	7.300	2 900	3 000	5.250	4.700	4.207	*	Sim
Rio de Janeiro	65 800	62 400	*	64 000	207.200	*	27.000	Sim
Mato Grosso	18 000	5.000	2.000	5.200	18 000	34 800	3.300	Sim
Sergipe	2.900	1.110	1.557	3.024	2 815	2 000	400	Sim
Paraíba	16.300	3.700	4.200	4.000	12.900	14.400	3 300	Sim
Piauí	8 091	1.958	1.740	3 399	3.259	8.700	4.000	Sim
Amazonas	15 000	7.500	4.500	6.000	5 458	*	*	Sim
Paranámbuco	30 000	17.000	7 000	13 500	10 660	7.460	*	Sim
Goiás	24 000	16.000	*	7 200	20 000	20.000	*	Sim
Mato Grosso do Sul	16 369	9 637	1 603	5 269	4 950	12.807	*	Sim

* — Os dados não foram fornecidos. Fonte: Secretaria do Finanças dos Estados.

Publicado na "Gazeta Mercantil" de 15/novembro 87

SECRETARIA DE CONTROLE DE EMPRESAS ESTATAIS ABERTURA DO LUCRO E NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO POR GRUPOS - 1986

DISCRIMINAÇÃO	LUCRO LIQ - 1986 Cz\$ milhões doz/US	LUCRO/ PATR LIQ %	LUCRO/PIB %	NEC FINANC LIQ Cz\$ % milhões de \$6	DEFICIT PIB %
TOTAL	44.527,6	7,39	1,21	(23.798,7)	(0,78)
GR. PETROBRÁS	28.314,0	22,93	0,77	12.464,4	0,34
GR. CVRD	4.267,3	8,23	0,12	(747,8)	(0,02)
GR. ELETRO- BRÁS	14.286,1	9,57	0,39	(15.229,4)	(0,41)
GR. SIDERBRÁS	(8.145,5)	(33,16)	(0,22)	(13.112,7)	(0,36)
GR. TELEBRÁS	5.113,0	6,31	0,14	(1.274,5)	(0,03)
GR. RFFSA	3.411,3	2,69	0,09	(7.750,7)	(0,21)
GR. PORTOBRÁS	533,5	5,57	0,01	(300,5)	(0,01)
GR. NUCLEBRÁS	(2.853,8)	—	(0,08)	(7.034,7)	(0,19)

PIB - 1986 (A preços correntes 1986). Valor = Cz\$ 3.687,473 milhões
DEFICIT PÚBLICO: Considerada a necessidade de financiamento líquido.

Publicado no "Correio Brasiliense" de 06/nov 1987

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Tem a palavra o nobre Deputado Virgílio Galassi.

O SR. VIRGÍLIO GALASSI (PDS—MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A atividade agrícola sempre foi, e sempre será vital para o funcionamento do País, principalmente no que diz respeito à produção de alimentos. Elementar o raciocínio de que a população precisa comer para continuar vivendo e trabalhando. Segue-se a conclusão necessária de que a sociedade muito espera dos homens do campo, eles que garantem a fartura na mesa dos brasileiros.

O trabalho da lavoura é, todavia, ao mesmo tempo gratificante e penoso, às vezes compensador mas, sobretudo, incerto quanto aos seus resultados, tantas são as variáveis que fogem ao controle humano entre o ato do plantio e a fase da colheita. Daí por que o Governo não pode, nem deve deixar aos azares da sorte a valorosa classe dos produtores rurais. O estímulo ao agricultor é necessário e bem-vindo porque, pelos seus efeitos, ele beneficia a sociedade como um todo.

Nestes tempos de inflação galopante a corroer o valor monetário, tornando difíceis quaisquer prognósticos sobre resultados financeiros, todo cuidado e pouco para não descapitalizar o setor rural da nossa economia. Certamente são muitas as distorções que ocorrem na relação de preços, desencorajando a continuação do trabalho agrícola para o homem que, ao final de tantos gastos e de tanto trabalho, não recebe a compensação esperada, ou acaba tendo prejuízos francamente desalentadores.

Tanto pior é a situação dos pequenos e médios produtores, mais vulneráveis a esses duros revezes. Não seriam poucos os que vendem suas propriedades e vão procurar um outro setor de trabalho, uma outra fonte de renda. A desorganização da economia favorece, assim, a concentração da propriedade fundiária numa época em que tanto se fala em redistribuir terras para democratizar o seu domínio e diminuir a intensidade do êxodo rural.

Sr. Presidente, neste momento em que temos uma nova equipe no comando dos setores relacionados com a receita e a despesa do Governo, a voz do campo precisa, mais uma vez, ser ouvida. Em nome deste setor, onde reina grande apreensão quanto ao futuro do País, venho encarecer a necessidade de uma política agrícola realista, voltada para o fortalecimento do produtor rural.

Especificamente, no que toca aos financiamentos oficiais concedidos aos agricultores, cumpre ao Governo adotar uma taxa de juros compatível com a evolução dos preços dos produtos financiados. Não foram poucas as vezes em que os preços finais obtidos pelo agricultor se apresentaram insuficientes para cobrir os custos, frustrando o produtor e comprometendo a atividade rural como um todo. Isso não pode acontecer mais.

Outro aspecto a ser equacionado pelo Governo é o que diz respeito à forma de pagamento do empréstimo contraído. Ao produtor rural devem ser dadas facilidades para honrar os compromissos assumidos, inclusive, facultando-se o pagamento em moeda corrente, ou em produtos agrícolas, mas tendo sempre como base para a fixação da taxa de juros a evolução dos preços de mercado do produto financiado, impedindo, desta for-

ma, que significativa disparidade entre os referidos parâmetros ocorra e inviabilize o processo produtivo agropecuário.

Conferir estabilidade ao setor primário de nossa economia significa estabelecer as bases para o desenvolvimento dos demais setores. Do êxito da atividade rural dependemos todos nós, para que a vida transcorra sem sobressaltos, para que se ajustem as peças da estrutura social a nível interno, possibilitando um relacionamento mais proveitoso do Brasil com os países do Exterior.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Milton Lima.

O SR. MILTON LIMA (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Muito se tem falado, nesta Casa e através da imprensa em geral, sobre a aflição situação dos inativos da Previdência Social, mas sempre se pode continuar a falar, porque suas condições de vida permanecem dramáticas, agravando-se cada vez mais, em resultado da inflação desenfreada que vem corroendo, agora mais rapidamente, suas minguadas aposentadorias, e para tentar sensibilizar os setores competentes e os Srs. Constituintes, no sentido de encontrarem solução para o angustiante problema.

Se a situação dos trabalhadores da ativa é extremamente difícil, em razão dos baixíssimos salários, que, realmente, não atendem sequer a um terço de suas necessidades fundamentais, destacadamente no que tange à alimentação, aos transportes e aos remédios — muitos destes aumentaram mais de 200% em apenas 3 meses — o que dizer dos inativos, sem poder de pressão, que recebem menos da metade do salário da atividade, justamente quando necessitam de alimentos adequados, por força da idade, e de remédios, para a cura de seus males, tanto mais numerosos e maiores quanto mais avançam no tempo?

É sabido que a sistemática de correção dos valores das aposentadorias adotada pela Previdência Social, com fundamento na legislação disciplinadora dos reajustes salariais, tem-nas achatado progressivamente, além da redução que as alcança ainda no nascedouro, já que resulta a aposentaria da média do salário de contribuição dos últimos 36 meses e do limite máximo de 20 salários mínimos, atualmente Cz\$ 72.000,00, bem como do tempo de serviço que abaixa para 80% daquele valor, se o segurado contar 30 anos ou para 95%, se passar dos 35 anos.

Torna-se indispensável que providências efetivas sejam adotadas, para que as aposentadorias não fiquem inferiores ao salário da atividade, situando-se em um limite pelo menos um pouco acima do atual e que sejam feitas com base no piso salarial vigente quando de sua efetivação.

É verdade que o Projeto de Constituição (A) da Comissão de Sistematização, em seu art. 237, assegura, "a aposentadoria com salário integral, garantido o reajustamento para preservação, em caráter permanente, de seu valor real", mas fontes da Previdência Social já acenaram com a possível baixa do teto de 20 salários mínimos, fixado como valor máximo a servir de base de cálculo para a aposentadoria, sob a alegação de que o sistema não resistirá às despesas que a nova situação acarretará.

Não tem sido sem razão que os aposentados se vêm manifestando, inclusive em passeatas, no sentido de que a Previdência Social encontre uma solução para o problema que vivem, a partir do reajuste de suas aposentadorias, em bases mais realistas, a fim de que possam enfrentar, com menores dificuldades, os obstáculos que a inflação lhes põe ao longo da caminhada através do tempo.

Entendo que o assunto deverá ser estudado cuidadosamente, a fim de que os inativos não fiquem ao largo da nova Constituição, até porque merecem um melhor tratamento, pois não se pode negar que estão descansando das duras refregas que viveram, durante a maior parte de sua vida, quando contribuíram, nos diversos setores da atividade nacional, quase sempre premiados por necessidades financeiras invencíveis, para o progresso do País.

Não é justo que os aposentados sejam tratados como párias da sociedade, castigados pelo muito que fizeram em benefício de todos nós.

Não nos esqueçamos também de que a situação que os aposentados hoje vivem será a que a maioria de nós haverá de viver, se não tratarmos o problema com a responsabilidade que ele merece.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sotero Cunha.

O SR. SOTERO CUNHA (PDC — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Não resta dúvida de que o texto aprovado pela Comissão de Sistematização, referente ao salário mínimo, é satisfatório e atende aos interesses dos trabalhadores brasileiros. Assim está o item IV, do Artigo 7º, do projeto: "Art. 7º São direitos dos trabalhadores... IV — Salário mínimo nacionalmente unificado, capaz de satisfazer às suas necessidades básicas e as de sua família, com reajustes periódicos de modo a preservar-lhe o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim".

Isso, a Constituição em vigor já prevê e as coisas estão como estão. Sendo assim, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, repasso a este Plenário a questão que me é colocada diariamente por meus eleitores e que é voz corrente em todo País: "Como pode um pai de família sustentar mulher e filhos menores com um salário de Cz\$ 5.280,00?"

O texto constitucional citado fala em atender as necessidades básicas, ou seja, de transporte, alimentação, vestuário, saúde, higiene, entre outras, mas não dá a fórmula mágica para que tal se verifique com o salário atual.

No Brasil, o salário mínimo que um trabalhador pode receber constitui-se na mais violenta ofensa aos direitos do ser humano. Direito a uma sobrevivência humana e cristã.

Os argumentos de que a economia do País não pode suportar uma justa remuneração para o trabalhador sem qualificação profissional, tem sido usados e é com base neles que o direito a vida tem sido negado pelos sucessivos governos.

O modelo econômico brasileiro é altamente concentrador de renda e de riquezas, remiando uma minoria privilegiada, ao passo que condena os trabalhadores à miséria absoluta.

Dessa forma, Srs. Congressistas, Sr. Presidente, queremos ver mantido na futura Constituição do País o dispositivo que trata do salário mínimo da forma como foi aprovado pela Comissão de Sistematização, mas esperamos que sejam modificados os critérios para estabelecer qual o mínimo necessário para que uma família possa viver dignamente, dentro dos preceitos religiosos.

Achamos que esse assunto é de fundamental importância para o trabalhador brasileiro e para o crescimento de nossa economia, e por isso esperamos que a legislação seja respeitada, fazendo com que o trabalhador brasileiro receba a remuneração justa por sua produção.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sólton Borges dos Reis.

O SR. SÓLTON BORGES DOS REIS (PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Reúnem-se, hoje à tarde, em assembléia geral, em São Paulo, os professores do magistério público estadual, a fim de decidir que medidas deverão tomar em defesa dos legítimos direitos e justas reivindicações do professorado paulista.

Têm à frente suas entidades de classe, dentre as quais, a maior, mais antiga e pioneira dos movimentos coletivos dos professores neste País, o Centro do Professorado Paulista (CPP), que congrega cerca de 90 000 educadores, com 60 regionais na Grande São Paulo e no interior do Estado. E pretendem justiça, uma remuneração condigna, compatível com, pelo menos, sua necessidade de enfrentar a ordem financeira inflacionária em que se debate a Nação.

Faço desta tribuna apelo ao Governo do Estado de São Paulo, no sentido de que ouça os professores, debata com as entidades representativas do magistério, suas razões e propostas. O diálogo é o melhor caminho para questões dessa natureza e ao Governo não pode convir o isolamento, o alheamento às reivindicações dos educadores do Estado.

É do Centro do Professorado Paulista um lema que todos podem subscrever: "Não há dinheiro que pague o trabalho do professor, mas o trabalho do professor tem que ser pago também com dinheiro". Porque a natureza do trabalho que o professor executa é muito especial, peculiaríssimo. Não se faz com matéria-prima qualquer. Como o couro ou metal, o papel, o pano, a madeira. Faz-se com a natureza humana e seus efeitos são decisivos para a vida da pessoa e o interesse da coletividade. Por isso, não há dinheiro que pague o trabalho do professor. Mas o trabalho do professor tem que ser pago também com dinheiro, porque, para viver, o professor depende do que ganha. Fora de sua sala de aula, o professor é uma criatura humana comum, com os mesmos defeitos e as mesmas virtudes de qualquer pessoa e está inserido num contexto sócio-econômico que não inventou e do qual não pode se desvencilhar. Nada para ele, custa menos do que para os outros. E ele precisa ganhar para se manter, manter a família. Muitas vezes, até mesmo para sobreviver...

Povo que se preza paga decentemente seus professores. Qualquer tentativa de melhorar o ensino, neste País, passa, preliminarmente, pela va-

lorização do professor. Essa valorização está, inicialmente, em função do que ele recebe pelo seu trabalho de utilidade pública e interesse social e nacional.

Solidário com o professorado paulista, apelo ao Governo de São Paulo para que o ouça e o atenda quanto antes.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Juarez Antunes.

O SR. JUAREZ ANTUNES (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: Antes mesmo do julgamento da legalidade da greve dos ferroviários, o Exército ocupa as estações, pátios e oficinas da Rede.

Novamente o Dr. Ulysses, na Presidência da República, autoriza o Exército a sair de suas funções para imiscuir-se em assuntos que dizem respeito aos trabalhadores e seus sindicatos.

Joga-se o peso do Exército Brasileiro para acabar com uma greve pacífica e que ainda não havia sido julgada pelo TST.

A democracia que o Governo apregoa é muito diferente daquela que pratica.

Quando a Autolatina desrespeitou o Governo, tudo foi contornado para se dar razão aos empresários. Foi uma vergonha nacional. Mas o Governo continua a tentar tampar o sol com a peneira, valendo-se do dinheiro do povo para investir nos meios de comunicação com a sua propaganda do "Tudo pelo social". Que contradição!

Os ferroviários são massacrados nos seus direitos. Foram enganados pelo Governo por acreditarem na palavra dada quanto ao Plano de Cargos.

Mas não se podia esperar outra coisa deste Governo que, a toda hora, massacra os trabalhadores.

A greve dos ferroviários ficará na história do sindicalismo de lutas deste País.

Ao Governo que aciona o Exército para reprimir movimentos operários, e ao próprio Exército como instituição, fica a mancha do desgaste junto ao povo.

Sufoca-se um movimento legítimo, democrático, em nome da Democracia.

Companheiros ferroviários, como sindicalista, a nossa solidariedade à luta justa da categoria.

Ao Governo Sarney-Ulysses-Centrão, o nosso repúdio, a nossa indignação, em nome dos trabalhadores de Volta Redonda.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Passa-se agora às Comunicações de Lideranças. Concedo a palavra ao nobre Líder Aldo Arantes, do PC do B.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B — GO Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

As denúncias vêm sendo feitas de forma cada vez mais sistemáticas. Aqui, algum tempo atrás, foi feita uma denúncia, que a União Brasileira de Empresários estaria com a disponibilidade de 35 milhões de dólares para interferir nos rumos da Assembléia Nacional Constituinte; foram feitas denúncias acerca da interferência da União Democrática Ruralista nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Nenhuma dessas denúncias foi apurada. Nenhum desses fatos causou

maior impacto na Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

À medida em que a Central Única dos Trabalhadores fez uma denúncia de que determinados Congressistas, que determinados Constituintes estavam votando contra os interesses do povo, a Mesa — e aí peço a atenção do Sr. Presidente, estou falando diretamente e quero atenção do Presidente desta Casa...

Sr. Presidente, estou falando e dirijo-me a V. Exª, porque considero que está em jogo uma questão de mais alta importância.

No momento em que foi feita aqui a denúncia de que cartazes estavam sendo espalhados, identificando o que está acontecendo nesta Casa, de imediato o Presidente Ulysses Guimarães tomou medidas para que a Polícia Federal interviesse e invadisse o Sindicato dos Bancários e a sede do PT.

Nós, hoje, estamos diante de uma denúncia da maior gravidade. O Deputado Daso Coimbra vem a público, nas páginas do jornal **Correio Brasileiro**, para dizer: "Se falar tudo o que sei, mandam me matar". E diz explicitamente que Membros do Centrão — S. Exª tem gravações — têm solicitado favores de empresários e troca de favores do Presidente José Sarney.

Ora, essas denúncias vêm sendo feitas por nós há muito tempo. Porém, agora, Sr. Presidente, esta denúncia vem da boca de um dos coordenadores do Centrão, e não podemos admitir que esta Casa fique sem tomar medidas claras, rigorosas e efetivas, porque isso significará a desmoralização dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Juntamente com o Líder do PDT, assinei o pedido de convocação de uma reunião extraordinária do Congresso Nacional para que hoje à noite, o Deputado Daso Coimbra venha aqui, em sessão secreta, fazer um depoimento sobre as informações que tem; que S. Exª venha transmitir aos Membros do Congresso Nacional, afinal de contas, quais são os elementos do Centrão que estão recebendo dinheiro de empresários; quais são os elementos do Centrão que estão recebendo favores do Governo José Sarney.

Sr. Presidente, gostaria de, rapidamente, colocar aqui também a posição do Partido Comunista do Brasil em relação ao pacote fiscal. Ontem, tivemos oportunidade de participar de um processo de discussões com técnicos do Ministério da Fazenda, e lá encontramos uma situação absurda: constatamos que o Governo está disposto a abrir mão do que há de positivo no pacote fiscal e está intransigente em relação à questão da tabela progressiva do Imposto de Renda que está incidindo sobre o assalariado, sobretudo sobre a classe média. Tomamos conhecimento também da transigência e da negociação que o Governo fez com os exportadores, já que no pacote se fixava um aspecto positivo, que era a tributação sobre as exportações. O Governo reduziu essa alíquota de 35% para 3%. Representa um prejuízo para os cofres públicos de 91 milhões de OTN.

Ora, aqui, neste Congresso, temos ouvido denúncias da necessidade de medidas de contenção do déficit público. Por onde o déficit público será contido? Exatamente reduzindo os incentivos fiscais, exatamente reduzindo as medidas protecionistas que o Governo tem dado aos grandes grupos econômicos. Mas essa medida, assim como

a tributação das operações financeiras até a linha mercado futuro, também foram praticamente reduzidas, jogadas na lata do lixo.

Portanto, Sr. Presidente, em nome da Liderança do PC do B, quero dizer que a negociação e o processo de discussão que fazemos são integrados, não só colocam como necessidade uma revisão da tabela progressiva do Imposto de Renda, para que o imposto venha a incidir prioritariamente sobre aqueles que recebem maiores salários, como também procuram manter as medidas que foram adotadas em relação às exportações, em relação ao mercado financeiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Mendes Botelho, como Líder do PTB.

O SR. MENDES BOTELHO (PTB — SP. Como Líder, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Tenho em mãos um exemplar do jornal **O Globo**, para o qual chamo a atenção de todos os Srs. Congressistas. Logo na primeira página, vemos uma manchete com fotografia, onde se vê soldados do Exército brasileiro em carro blindado, devidamente equipado de canhão, metralhadoras, fuzis e baionetas, para reprimir o movimento dos ferroviários.

Sim, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, como no tempo da ditadura militar, os jornais de hoje trazem em manchete que o Exército, com carros blindados fortemente equipados com canhões, metralhadoras e soldados, está ocupando as estações da Rede Ferroviária Federal S/A e da CBTU para reprimir o movimento dos ferroviários. E essas manchetes não são do tempo da ditadura militar. Isto está ocorrendo, Sr. Presidente, hoje, quando o País está sendo governado pelo PMDB, no exercício da Presidência o Presidente do PMDB, que tanto contestou a repressão no período da ditadura militar. E o mais agravante, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é que o Presidente do PMDB, Presidente da Constituinte, Presidente da Câmara dos Deputados e Presidente em exercício do Brasil se negou a receber as lideranças dos ferroviários para discutir essa paralisação que está trazendo para o nosso País prejuízos nunca vistos.

Já na semana passada, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, lá em São Paulo, as tropas da Polícia Militar, o batalhão de choque do Sr. Quêrcia, comparecera, na Estação da Luz e noutras estações da Rede Ferroviária Federal para reprimir o movimento que qualifico como um movimento justo, e é preciso que os Srs. Constituintes e o Sr. Presidente tenham conhecimento dos fatos.

Em maio de 1987, data base do reajuste de salários dos ferroviários, as empresas Rede Ferroviária Federal e CBTU firmaram um acordo com os ferroviários assumindo o compromisso de que, no prazo de 90 dias seria constituída uma comissão paritária para elaborar um Plano de Cargos e Salários que viesse dar aos ferroviários a média dos salários que estão sendo pagos por outras estatais a trabalhadores ferroviários que exercem as mesmas funções na Rede Ferroviária Federal e na CBTU.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta Nova República, que não inovou em nada, que está

hoje colocando na direção da Rede Ferroviária Federal e da CBTU profissionais não qualificados para as tarefas que exercem, simplesmente não cumpriu o acordado com os ferroviários. Somente no final do ano a comissão foi constituída e, após concluídos os trabalhos, eles foram aceitos pela Rede Ferroviária Federal, pela CBTU, bem como pelo Ministro dos Transportes e encaminhados ao CISE, que negou aos ferroviários o Plano de Cargos e Salários que esperávamos.

Sr. Presidente, Sr. Congressistas, a repressão em São Paulo foi tão grande que o batalhão da Polícia da Rede Ferroviária Federal, sob o comando de um jovem Superintendente, colocado na CBTU por um parlamentar desta Casa, que não tem a menor condição de dirigir a CBTU, simplesmente mandou reprimir o movimento a qualquer custo. E o que se viu foi o nosso companheiro Ulysses ser assassinado pela Polícia Ferroviária da Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

O Sr. Edmilson Valentim — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MENDES BOTELHO — Com muito prazer, nobre Deputado Edmilson Valentim.

O Sr. Edmilson Valentim — V. Exa, neste momento tem o nosso apoio e o nosso testemunho de que, desde o final do ano passado, as lideranças de todos os sindicatos e ferroviários de todo o Brasil vêm procurando manter um contato legítimo, um contato sério, um contato de responsabilidade com o Governo, no sentido de realmente conseguir uma solução que satisfaça os interesses dos ferroviários e que mantenha em funcionamento um serviço tão importante, que é o dos transportes ferroviários. Fomos testemunha desde as negociações, acompanhamos as assembleias, acompanhamos as negociações no Ministério dos Transportes, fomos testemunha do acordo firmado entre a Rede Ferroviária Federal e a Companhia Brasileira de Trens Urbanos, fomos e acompanhamos todo o processo e aí o Governo, após a mudança de Ministros, muda também a sua postura de negociação com os ferroviários. Muda e anula o acordo firmado pelas suas empresas. Com isso, aumenta o seu descrédito enquanto Governo e, principalmente, perante uma categoria que lhe deu um prazo de negociação, a partir do final do ano, e que lhe deu crédito. No momento em que o Governo deveria cumprir esse acordo, vira-lhe as costas, através de setores encastelados no mesmo, mais reacionários e ansiosos por dar uma demonstração de força para a sociedade. Quando os ferroviários tentam — e tentaram até ontem, como disse V. Exª — esgotar as possibilidades de negociação para evitar um confronto entre trabalhadores e Governo, verificamos que a postura do Governo é de não negociar nada, é de mais absoluta intransigência. Com isso, leva os trabalhadores a uma greve que, sem dúvida nenhuma, não seria necessária e não era desejada visto que se chegaria a um bom termo com o Plano de Cargos e Salários que havia sido formulado anteriormente. Nesse sentido, a denúncia de V. Exª é de fundamental importância, e leva esta Casa e os nossos colegas a refletirem, apoiarem e fazerem pressão política, para que o Governo, neste momento de importância e de decisões relevantes na Assembleia Nacional Constituinte, não permita que as tropas, os tanques e os soldados que estão nas ruas, com a

desculpa de proteger o patrimônio público, quando na realidade é o militarismo que está sendo demonstrado para a sociedade brasileira e ultrajando os trabalhadores ferroviários. Gostaríamos de nos solidarizar com V. Exª, por seu pronunciamento, e pedir o apoio dos nobres Colegas neste momento tão importante, no sentido de se impedir que mais violências sejam cometidas contra o justo e pacífico movimento dos ferroviários.

Conclamo também os nobres Colegas a se pronunciarem contra as demissões planejadas pelo Governo contra os trabalhadores ferroviários.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Nobre Deputado, eu gostaria de chamar a atenção de todos os Srs. Congressistas para o Regimento, porque os apertes têm que ser curtos e incisivos, não podem transformar-se em discurso paralelo. V. Exª pode prosseguir.

O Sr. Virgílio Guimarães — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MENDES BOTELHO — Eu agradeço ao ilustre Constituinte Edmilson Valentim e concedo o aparte ao meu companheiro lá de Minas Gerais.

O Sr. Virgílio Guimarães — Eu serei breve, nobre Deputado Mendes Botelho. Não poderia deixar de me manifestar sobre o pronunciamento de V. Exª a respeito dessa greve histórica que os trabalhadores ferroviários realizam no Brasil, uma greve corajosa e uma greve justa, que chama a atenção do País para essa categoria de largas tradições de lutas trabalhistas desde o início do transporte ferroviário no Brasil. O transporte ferroviário foi maltratado e desbaratado por sucessivos governos desta República que, não contente em apenas malbaratar toda a nossa rede, toda a nossa malha ferroviária, ataca também os trabalhadores ferroviários, que ressurgem agora com esse movimento corajoso e forte, de âmbito nacional. Por isto quero apenas registrar aqui esse posicionamento do PT em favor dos trabalhadores ferroviários. Estamos participando ativamente desse movimento. Quero consignar também aqui a nossa palavra com relação a esse Governo que de discursos democráticos tem muito, mas de práticas ditatoriais tem muito mais. Exatamente nesse instante, o Partido dos Trabalhadores e a CUT também são atacados por este Governo, com a invasão de suas sedes, limitando, deste modo, o direito de comunicação e de expressão neste País. A luta dos ferroviários não é apenas uma luta restrita a essa categoria. Ela é fundamental para todos os trabalhadores, e uma luta democrática que visa restabelecer o direito de greve, restabelecer os direitos mínimos. Daí, a necessidade e a importância de um posicionamento firme dos partidos e desta Casa ao lado dessa luta histórica dos trabalhadores ferroviários. Muito obrigado pela liberdade, nobre amigo Constituinte Mendes Botelho.

O SR. MENDES BOTELHO — Agradeço a V. Exª e concedo o aparte ao nobre Deputado Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Estamos aguardando a providência requerida por membros do PTB no início da semana passada, em que foi apresentado ao Plenário uma foto de primeira página do jornal **Folha de S. Paulo** mostrando